

Supremo Tribunal Federal

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA

D.J. 27.06.2003

10/06/2003

EMENTÁRIO Nº 2116-6

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 367.094-8 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE

AGRAVANTE(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL - IPERGS

ADVOGADO(A/S) : PGE-RS - YASSODARA CAMOZZATO

AGRAVADO(A/S) : LOURDES FRANCISCA ZAMBON COLOMBO

ADVOGADO(A/S) : TELMO RICARDO SCHORR E OUTRO(A/S)

EMENTA: Contribuição previdenciária: incidência sobre proventos da inatividade de servidores públicos estaduais (L. est. 7.672/82, do Rio Grande do Sul): constitucionalidade da cobrança no período que antecede a EC 20/98: precedente (ADInMC 1441, Pleno, 28.6.96, Gallotti, DJ 18.10.96).

A C Ó R D ã O

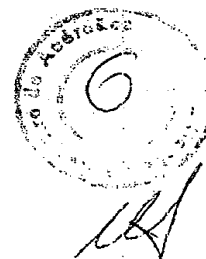
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em conhecer do agravo regimental no recurso extraordinário e lhe dar parcial provimento, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 10 de junho de 2003.

SEPÚLVEDA PERTENCE

- PRESIDENTE E RELATOR

Pbp/



*Supremo Tribunal Federal*AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 367.094-8 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE

AGRAVANTE(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL - IPERGS

ADVOGADO(A/S) : PGE-RS - YASSODARA CAMOZZATO

AGRAVADO(A/S) : LOURDES FRANCISCA ZAMBON COLOMBO

ADVOGADO(A/S) : TELMO RICARDO SCHORR E OUTRO(A/S)

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - É este o teor do despacho pelo qual dei provimento ao recurso extraordinário (f. 128/129):

"RE, a e c, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que julgou constitucional a contribuição previdenciária incidente nos proventos dos servidores públicos estaduais inativos.

Alega-se, no RE, em síntese, a inconstitucionalidade da exação.

Contra-razões apresentadas.

É o relatório.

Decido.

O acórdão recorrido diverge do entendimento desta Corte. Menciono a liminar da ADIn 2.189 (Pertence, j. 4/5/2000, DJ 9/6/2000), que tem a seguinte ementa:

"I. **Contribuição previdenciária: incidência sobre proventos da inatividade e pensões de servidores públicos (L. est. 12.398/98, do Paraná): densa plausibilidade da arguição da sua inconstitucionalidade, sob a EC 20/98, já afirmada pelo Tribunal (ADInMC 2.010, 29.9.99).**

1. Reservado para outra oportunidade o exame mais detido de outros argumentos, é inequívoca, ao menos, a plausibilidade da arguição de inconstitucionalidade da

Supremo Tribunal Federal

RE 367.094-Agr / RS

norma local questionada, derivada da combinação, na redação da EC 20/98, do novo art. 40, § 12, com o art. 195, II, da Constituição Federal, e reforçada pela análise do processo legislativo da recente reforma previdenciária, no qual reiteradamente derrotada, na Câmara dos Deputados, a proposta de sujeição de aposentados e pensionistas do setor público à contribuição previdenciária.

2. O art. 195, § 4º, parece não legitimar a instituição de contribuições sociais sobre fontes que a Constituição mesma tornara imunes à incidência delas; de qualquer sorte, se o autorizasse, no mínimo, sua criação só se poderia fazer por lei complementar.

3. Aplica-se aos Estados e Municípios a afirmação da plausibilidade da arguição questionada: análise e evolução do problema.

4. Precedentes."

No mesmo sentido, as ADIn 2.158 (ML)-PR (Pertence, j. 30/6/2000, DJ 1º/9/2000) e ADIn 2.188 (ML)-RJ (Néri, j. 14/04/2000, DJ 9/3/2001).

De acordo com os precedentes, dou provimento ao recurso extraordinário (art. 557, parágrafo 1º-A, Cód. Proc. Civil)".

Sustenta-se, em agravo regimental, que "os precedentes não se amoldam à espécie", e que se deveria considerar as seguintes circunstâncias: a) a contribuição instituída pela Lei est. 7.672/82, não tem natureza previdenciária, pois destinada a custear assistência médica; e b) a vedação de cobrança de contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas teve origem apenas com o advento da EC 20, em dezembro de 1998.

É o relatório.



Supremo Tribunal Federal
RE 367.094-AgR / RS

V O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (Relator): A alegação de que a contribuição prevista no art. 42, letra o, da L. est. 7.672/82 refere-se à assistência médica e não à previdência social envolve análise de direito local: incide a Súmula 280.

Quanto à possibilidade da cobrança de contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas antes do advento da EC 20/98, sob o texto originário da Constituição, compus a maioria que, em 28.6.1996, denegou a suspensão liminar, na ADInMC 1441, rel. o em. Ministro Otávio Gallotti, de disposição similar, da MPr 1415/96. Na ocasião, enfatizei:

"No fundo, as discussões sobre a chamada crise da Previdência e da Seguridade Social têm sido prejudicadas, de um lado e de outro, por uma argumentação oportunística de ambas as partes: a de tomar-se a Seguridade Social ora como se se tratasse de um contrato, ora como se se tratasse, e efetivamente se trata, de uma ação estatal independente de cálculos e considerações atuariais.

Assim como não aceito considerações puramente atuariais na discussão dos direitos previdenciários, também não as aceito para fundamentar o argumento básico contra a contribuição dos inativos, ou seja, a de que já cumpriram o quanto lhes competia para obter o benefício da aposentadoria.



RE 367.094-Agr / RS *Supremo Tribunal Federal*

Contribuição social é um tributo fundado na solidariedade social de todos para financiar uma atividade estatal complexa e universal, como é a da Seguridade."

Na mesma linha, há poucos dias acompanhou-me a Primeira Turma (AgRRE 372356-1, Pertence, 30.5.2003).

Assim, conheço do agravo regimental e dou-lhe provimento parcial para determinar a restituição dos valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos inativos e pensionistas somente com relação ao período posterior à EC 20, de 16.12.1998: é o meu voto.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 367.094-8

PROCED.: RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE

AGTE.(S): INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -
IPERGS

ADV.(A/S): PGE-RS - YASSODARA CAMOZZATO

AGDO.(A/S): LOURDES FRANCISCA ZAMBON COLOMBO

ADV.(A/S): TELMO RICARDO SCHORR E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma conheceu do agravo regimental no recurso extraordinário e lhe deu parcial provimento, nos termos do voto do Relator. Unânime. 1ª Turma, 10.06.2003.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence. Presente à Sessão o Ministro Marco Aurélio. Participou da Sessão o Ministro Gilmar Mendes, de acordo com o art. 41 do RISTF.

Compareceu à Sessão a Ministra Ellen Gracie a fim de retirar de pauta os processos a ela vinculados.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.


Ricardo Dias Duarte
p/Coordenador